

## A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA REGULAR DE ESCOLA PÚBLICA - UM ESTUDO DE CASO

Glacimeyre Lima Rebouças<sup>1</sup>  
Amsterdan Ferreira Rebouças<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Inclusão Escolar consiste em um processo transformador da sociedade, mais especificamente da comunidade escolar por meio de alterações em ambientes físicos e de mudanças de atitudes e concepções das pessoas sobre esse assunto, inclusive da própria pessoa com deficiência física. Grandes foram os avanços nesse contexto como a implantação de Leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência. Entretanto, para uma efetivação plena da referida legislação há a necessidade de tempo hábil e, como se trata de um processo, as necessárias mudanças não ocorrem de imediato e, observando o contexto global verifica-se que ainda há muitas unidades escolares que impõem resistência à inclusão de criança com deficiência na sala de aula regular. A partir dessa problemática, a presente pesquisa teve como objetivo principal estudar, identificar, analisar e compreender fatos relacionados à inclusão de pessoa com deficiência física na escola. Como referências desse estudo destacam-se: Laplane (2018); Pacheco (2016); Munhoz; Lima (2015); Araújo (2016); Brasil. Lei nº 13.146, 2015, Brasil, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015); Cunha (2015), Sanches Neto, (2017); Gil apud Yin, (2015, 2011, 2019); Mantoan (2010, 2013, 2015, 2017) Lakatos, Marconi (2011), entre outros. A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionário semiestruturado com o intuito de coletar percepções e opiniões sobre o processo da inclusão da pessoa com deficiência na sala de aula regular e as dificuldades relativas enfrentadas pelos gestores, professores e outros atores da educação. O objeto de estudo foi a escola pública municipal Santa Isabel, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. De acordo com as opiniões e percepções coletadas na presente pesquisa na forma de estudo de caso, são desafios fundamentais da escola Santa Isabel: Promover a integração com parceria entre família e escola para que assim se possa obter melhores e maiores possibilidades de acerto quanto ao que fazer no convívio com o estudante com deficiência e, dessa forma, envolvê-lo com qualidade no processo de ensino-aprendizagem; Promover uma formação continuada para todos profissionais da escola objeto desse estudo para que aprendam a melhor lidar com todos no contexto de uma escola inclusiva; Melhorar os espaços com seus materiais adaptados e criar

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, Brasil. Especialização em Educação Especial Inclusiva, Gestão Escolar. Mestrado em Educação pela Universidade Del Sol, Assuncion, Paraguay. Professora de Educação Básica na Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ceará, com foco de atuação e pesquisa em Educação Inclusiva.

<sup>2</sup> Professor da prefeitura de Fortaleza, Ceará e do Governo do Estado do Ceará. Advogado formado pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza - FGF. Bacharel em Biologia e Licenciatura plena em Biologia pela Universidade Estadual do Ceará. Faz parte da Comissão em Defesa das Pessoas com Doenças Raras da OAB-CE. Mestre em Educação pela Universidade Del Sol, Assuncion, Paraguay. Especialista em Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Informática em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Especialista em Ensino de Biologia pelo Centro Universitário Farias Brito, Fortaleza, Ceará.

acessos adequados ao estudante com deficiência; Reconhecer e promover a valorização dos profissionais que lidam com classes numerosas que incluem alunos(as) com deficiência; Exigir a criação de melhores políticas públicas municipais de atenção e apoio ao contexto da inclusão nas escolas, tais como acompanhante e materiais adequados ao deficiente cadeirante, construindo mais acessos na inclusão ambiental, digital e social. Finalmente, há o intuito de que o presente estudo auxilie outros trabalhos com a temática da inclusão na escola pública e que possa promover outras pertinentes discussões e reflexões como forma de incentivo aos muitos outros estudos que objetivam contribuir com uma melhor compreensão dos desafios da pessoa com deficiência, os desafios dos gestores, professores e outros atores da educação na escola que trabalha com inclusão. Também é importante inferir que o referido estudo será encaminhado à Secretaria da Educação da cidade Fortaleza e à Escola Municipal Santa Isabel para que tenham conhecimento do objetivo desse trabalho que é contribuir significativamente com outras pesquisas em escolas públicas municipais cujos contextos abordem problemas, desafios e soluções que necessitem ser incubados durante a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a Educação Inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Pessoa com deficiência. Acesso. Dificuldades na inclusão.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetivou desenvolver pertinentes discussões acerca das dificuldades e desafios que os docentes e outros atores da educação enfrentam em contextos relativos à inclusão de estudantes com deficiência física na sala de aula regular. É esse um assunto bastante complexo e que exige estudos e análises amplas a partir do seu contexto cultural e histórico, com vista nos desafios da inclusão para todos na Escola.

Destarte, o desenvolvimento da presente dissertação, a qual tem como tema a inclusão do(a) aluno(a) com deficiência física na sala regular de ensino na escola, seguiu um estudo cujos focos fundamentais foram os seguintes: identificação da pessoa com deficiência física em seus aspectos legais e sociais; tipos de atendimentos especiais necessários; integração de forma eficiente no âmbito escolar; adaptações curriculares; os espaços e materiais; o papel da escola e o que compete ao núcleo gestor para garantia da inclusão e aprendizado. Dessa forma, buscou-se conhecer, investigar e entender todo esse processo.

Segundo Laplane (2016), a discussão sobre a inclusão ganhou uma dimensão maior nos últimos anos e, esse conceito, sob a perspectiva e enfoques teóricos distintos

vem sendo cada vez mais debatidos e analisados. Mesmo que estejam sendo implantadas importantes mudanças nas políticas públicas no que diz respeito a inclusão, ainda há situações desfavoráveis que são obstáculos para que haja uma plena participação conduzindo tanto as pessoas com deficiência quanto suas famílias a desistirem de lutar por uma inclusão na escola regular.

Nesse sentido, propor uma reflexão sobre a ação dos profissionais que trabalham com as possibilidades de entender a diversidade escolar no contexto da inclusão é de grande relevância. Dessa forma é necessário mover ações na sociedade de forma que haja o entendimento sobre diversidade e o respeito aos deficientes, sendo e acima de tudo, uma urgente mudança, mais precisamente uma transformação nos paradigmas da educação, para que a escola regular possa receber todos, o que se constitui inclusão.

A partir dessa premissa, o presente trabalho buscou específicas referências como documentos e leis brasileiras que tratam da inclusão na educação.

A Lei de Inclusão da pessoa com deficiência, no artigo 28, estabelece e assegura ao poder público, a responsabilidade de ofertar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo, visando o adequado desenvolvimento e aprendizado dos alunos com deficiência (LAPLANE, 2016).

A referida legislação permite a compreensão de que a educação é um direito de todos e que os órgãos educacionais públicos devem garantir a efetivação desse direito. Nesse sentido, afirma Laplane (2016):

[...] os valores e princípios da educação inclusiva são capazes de promover instituições mais justas do que aquelas que fundamentam a segregação. Compreendendo que o discurso em defesa da inclusão constitui-se historicamente oposto ao da segregação e, nesse contexto, reconheço a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva. (LAPLANE 2016, p.17),

A partir da afirmativa de que integração é a transformação do sujeito surdo em um aluno capaz de interagir e aprender em uma classe regulares das escolas de rede de ensino, enquanto inclusão está ligada ao direito de possuir oportunidades. Assim, de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - a “educação especial” é definida no Art. 59 como sendo (LAPLANE, 2016): “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais. Assim garante o acesso

igualitário de benefícios dos programas sociais suplementares, para o ensino regular”.

Destarte, todas as ações do AEE - Atendimento Educacional Especializado visam uma prática educativa inclusiva, voltada para acolher o aluno com deficiência, atuando assim com o propósito dos alunos conseguirem ultrapassar as próprias dificuldades, no aprendizado, impostas pela deficiência (BODEZAN, GOULART, 2006).

Adiciona-se aqui a importância da quebra de paradigmas em relação à atitude de docentes, pais e demais colaboradores da escola, que em seus discursos demonstram descrédito para com alunos(as) com deficiência no contexto de suas aprendizagens, já que o(a) aluno(a) com deficiência constrói conhecimentos exercitando sua atividade que é estimulada pela intervenção intencional dos professores (BAPTISTA, 2011). Assim, de acordo com Baptista, (2011):

A respeito do processo de escolarização das pessoas com deficiência na Sala Comum nos últimos anos, o AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) passou a ser destaque nas discussões referentes à Educação. (BAPTISTA 2011, p. 60).

Finalmente, em escolas inclusivas, os estudantes são o foco central de toda ação educacional para que seja assegurado o seu caminho no processo de aprendizagem - objetivo central a inclusão educacional. A definição de escola inclusiva é aquele em que enxerga cada aluno, respeitando suas particularidades e a elas respondem com qualidade pedagógica (BAPTISTA, 2011).

Quais desafios são mais pertinentes no processo da inclusão em escolas de ensino da rede pública de Fortaleza? Estas escolas estão de fato estruturadas e com capacidade para fazer inclusão de pessoas com deficiência física na sala de aula regular? Que fundamentais pontos relativos a esse problema devem ser tecidos em discussões em uma investigação científica acadêmica?

Tendo como objeto de estudo uma escola pública municipal da cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, a investigação objetivou responder a essas perguntas em um Estudo de Caso.

A escola pública da rede municipal de Fortaleza, Ceará - Escola Municipal Santa Isabel - está juntamente com seus professores e demais profissionais vivenciando o processo de inclusão de pessoa com deficiência física na sala de aula no ensino

regular, utilizando estratégias que promovem o aprendizado significativo e a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, assegurando dessa forma a educação para todos.

O presente estudo tratou de investigar acerca dos fundamentais desafios enfrentados no processo da inclusão de alunos com deficiência física na sala regular, tendo como objeto de pesquisa uma escola pública da rede municipal de ensino da cidade de Fortaleza, levando em consideração elementos como: estrutura física, pedagógica e humana.

A pesquisa investigativa usou do método científico. Dessa forma foram feitas observações e averiguações por meio do uso de instrumentos de coleta e análise de dados, discutindo os resultados sob à luz dos autores referenciados. Para a coleta de dados foram elaboradas entrevistas no modelo semiestruturadas, aplicadas aos docentes, gestores e alunos(as) da escola objeto da pesquisa, a Escola Municipal Santa Isabel.

Construir discussões e promover reflexão sobre a questão da inclusão de pessoa com deficiência física na sala de aula regular em escola da rede pública de educação, reativando elementos como estrutura física, pedagógica, humana e atitudes como afetividade, envolvimento e participação dos atores educacionais no contextualizando a aprendizagem significativa foi o objetivo geral desse estudo. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Investigar, listar e descrever fatores relacionados à inclusão de alunos(as) com deficiência física na educação pública, discutindo tais fatores à luz de teorias sobre o tema inclusão na sala regular e atendimento do AEE - Atendimento Educacional Especializado na escola pesquisada;
- Tecer discussões sobre a importância de incluir pessoas com deficiência na prática pedagógica da sala de aula regular, suas implicações e desafios.
- Inferir sugestões de estratégias alternativas que possam ser usadas pelos docentes e demais profissionais do ensino regular e da educação especial inclusiva;
- Comunicar e discutir sobre legislação; sucesso/insucesso e as grandes dificuldades e desafios enfrentados na escola pública para que a pessoa com deficiência física seja incluída em todos os ambientes físico-pedagógicos da Escola.

É fácil perceber a deficiência física, por exemplo, quando se observa uma pessoa utilizando uma cadeira de rodas. Mas, por outro lado, muitas vezes é necessário

entender que há muitas outras formas de deficiência física e que a pessoa necessita de um cuidador. Assim sendo, a pessoa que apresenta quadro de deficiência física grave detém uma maneira peculiar de ver, perceber, estabelecer relações e valores que devem ser utilizados e integrados na sua educação com os demais, em conjunto com os valores culturais da sociedade com todo apoio de toda a comunidade escolar (MACIEL, 2000).

A questão da inclusão de pessoas com deficiência em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente. Atualmente, no Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho (MACIEL, 2000).

De acordo com Maciel (2000), movimentos nos contextos nacional e internacional veem trabalhando em função de um consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva. Essa dinâmica teve como um dos mais importantes acontecimentos a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, concluindo-se na "Declaração de Salamanca" como se segue:

"Acreditamos e Proclamamos que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- Escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

— Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;

— Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma;

— Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva;

— Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;

— Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;

— Invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva;

— Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

— Congreguem a comunidade internacional; em particular, nós congregamos governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, Unesco, Unicef, UNDP e o Banco Mundial:

— A endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais;

— A mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais;

— A estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e, da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração;

— A mobilizar Fundos através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial".

Na perspectiva de Educação Inclusiva, surgem novos aprendizados. Reconhecendo uso da concepção diferenciada, essencialmente, sabe-se que a participação inclusiva dos estudantes simplifica o aprendizado para todos. Atualmente

no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, tem assegurado o acesso ao ensino regular a estudantes nas escolas públicas com deficiência: intelectual, física, auditiva, visual, etc., ou seja, com transtornos generalizados do desenvolvimento, da educação infantil até a educação superior. A formação do docente é também outro questionamento essencial no processo de inclusão. Por essa razão devem ser oferecidos conhecimentos especializados, no contexto, das necessidades específicas e desenvolver habilidades nas aplicações das metodologias de ensino, os quais melhoram os aspectos educacionais e sociais da inclusão (PACHECO, 2016).

A educação especial é sinônima de atendimento educacional especializado, a qual não é oferecida somente pela Rede de Ensino Regular, mas também pelas instituições especializadas e pelas escolas especiais com as quais as Secretarias de Educação podem manter convênio (ROGALSKI, 2010).

No contexto da escola regular, o que se deve propor é que alguns serviços já existentes na escola passem a ser diferenciados para que possam agregar à educação regular a qualidade de especial. Um exemplo válido disso seria a criação ou adequação de bibliotecas ou salas especiais para o atendimento prioritário aos diversos tipos de deficiência (CUNHA, 2016).

A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive. A inserção da pessoa com deficiência na escola deve fazer parte dos objetivos de todos os profissionais que trabalham com essas crianças, na medida em que o ambiente escolar lhe permite a experimentação de uma diversidade maior de atividades. Estas promovem o desenvolvimento global da criança, o aprimoramento de habilidades e capacidades, a superação de dificuldades e a descoberta de que é parte integrante e atuante de uma sociedade (MANTOAN, 2017).

O educar de maneira inclusiva indica uma modificação da sociedade sendo, portanto, um caminho em que se observa a interação total dos alunos nas escolas de



ensino regular. Refere-se a uma reorganização da cultura, das políticas das práticas vivenciadas nas escolas de modo que estas atendam às necessidades dos estudantes. Uma abordagem democrática que nota o sujeito e suas particularidades, objetivando-se, o crescimento, o contentamento pessoal e a inserção social de todos. A inclusão está ligada as diversas dimensões humanas, sociais e políticas, e gradualmente vem se expandindo na sociedade contemporânea, de maneira geral, no sentido de executar ações práticas inclusivas e sem preconceitos (BRASIL, 2011).

Na perspectiva de Educação Inclusiva espera-se que haja múltiplas alterações na rede regular de ensino, desde as adequações na infraestrutura e na formação dos docentes até mesmo a uma reforma concreta no projeto político-pedagógico das escolas, essencialmente, no que diz respeito à construção de uma estrutura curricular que tenha uma proposta voltada para a diversidade. A fim de se obter um pleno desenvolvimento é necessário que haja urgentemente novos pensamentos sobre planejamentos e métodos de avaliação do ensino, onde essencialmente o docente que leciona no ensino fundamental, conheça as dificuldades dos alunos, e assim baseados no aperfeiçoamento na qualidade, garanta uma educação a essas crianças (BONETI, 2012).

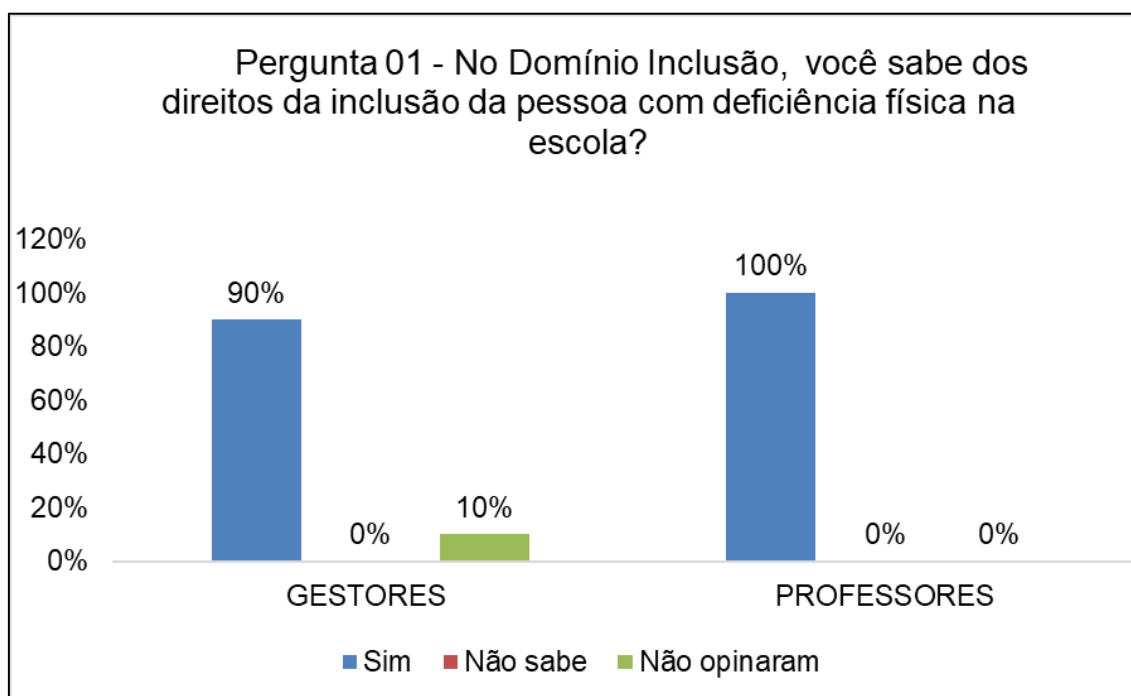
## A PESQUISA DE CAMPO

O objeto de pesquisa uma escola da rede pública municipal, a Escola Municipal Santa Isabel, localizada em Fortaleza, Ceará, Brasil. A questão que norteou o trabalho visou identificar a inclusão de pessoa com deficiência física no contexto da escola Municipal Santa Isabel. O instrumento da pesquisa investigativa foi um questionário semiestruturado elaborada pela autora tendo como base os documentos da escola. A coleta de dados foi feita por meio de abordagem pessoal. Houve inicialmente uma sensibilização sobre o trabalho, onde a pesquisadora apresentou ao público convidado a ser entrevistado, os objetivos da pesquisa. Posteriormente a esse momento de sensibilização foi entregue o questionário com perguntas que qualificavam uma entrevista semiestruturada aos convidados, ou seja, a amostra de rofessores, alunos e outros atores da escola objeto da presente pesquisa. Participaram do presente estudo: 10 professores; 05 representados do núcleo gestor da escola objeto

da pesquisa, sendo: 01 diretora, 01 secretário, 02 coordenadores pedagógicos e 02 membro do conselho escolar. Da entrevista feita com o corpo docente e estudantes dos 6<sup>os</sup> anos foram feitas observações em sala de aula sobre o funcionamento da escola, o projeto político pedagógico e como os sujeitos da pesquisa compreendiam a temática no contexto das dificuldades da inclusão quando do ensino da matemática nos 6<sup>os</sup> anos do ensino fundamental.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No Domínio Inclusão, você sabe dos direitos da inclusão da pessoa com deficiência Física em uma escola?

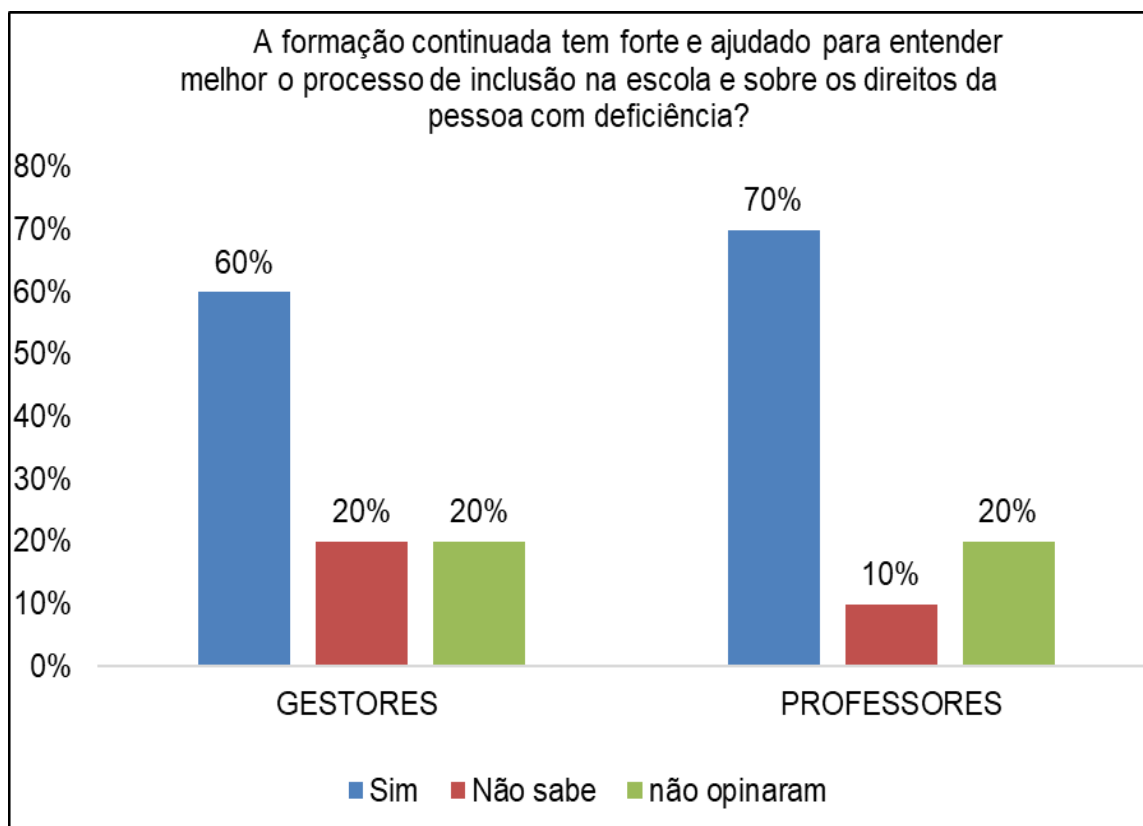


Fonte: a autora

Sobre os direitos da inclusão da pessoa com deficiência Física na escola, 90% dos gestores entrevistados disse que sim, que qualquer adaptação ou adequação não pode ser caracterizada como um plano paralelo ao currículo escolar aplicado a todos os alunos, mas sim uma inclusão de fato. Apenas 10% não opinaram. Quanto à amostra de professores entrevistados, 100% afirmou ter conhecimento da lei de inclusão e do deficiente na escola e que no ambiente escolar os entrevistados disseram que os alunos com deficiência são incluídos na escola.

A formação continuada tem sido forte e ajudado para entender melhor o

processo de inclusão na escola e sobre os direitos da pessoa com deficiência?



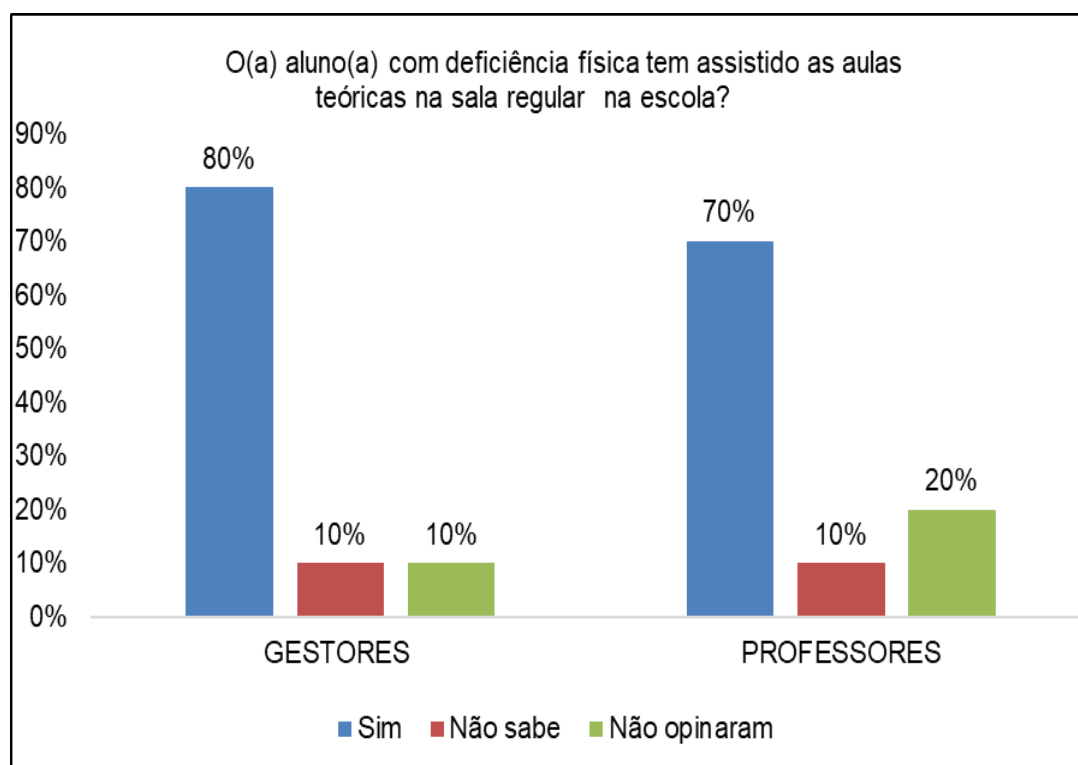
Fonte: Autora

Ao responderem a questão de 02, sobre se os entrevistados acreditavam que a formação tem contribuído para ensinar incluindo aluno com deficiência nos trabalhos em grupos, 60% da amostra de gestores entrevistados disse que sim, porém para os gestores, poucas são as formações. Já 20% disse não e 20% não opinou. Da amostra dos professores entrevistados, 70% respondeu que sim; 10% disse não e 20% não opinou.

Nesse sentido, os entrevistados corroboram com Glat e Pletsch (2011):

É preciso embasar os atuais e futuros professores com conhecimentos teoricamente consistentes sobre desenvolvimento humano que lhes permitam conceber processos de ensino-aprendizagem adequados à diversidade do alunado que frequenta as escolas. Paralelamente, é necessário que vivenciem práticas pedagógicas, recursos e metodologias adaptados que possam ser usados com alunos que apresentem especificidades significativas no processo de aprendizagem” (GLAT e PLETSCHE, 2011, p. 119).

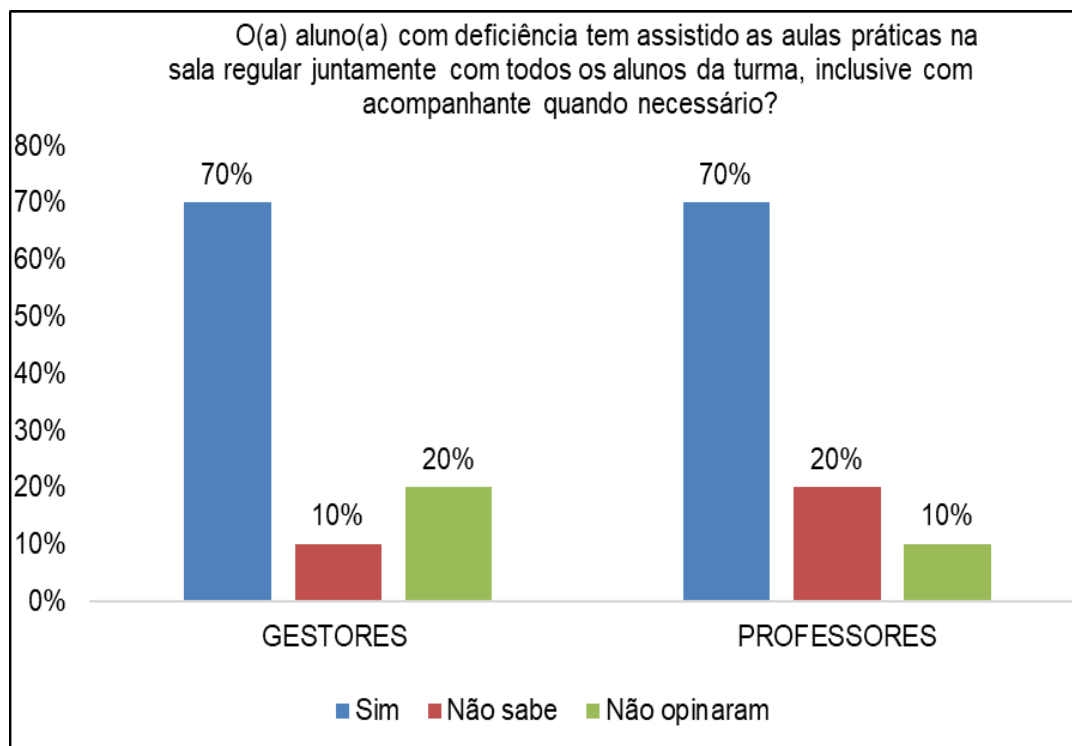
O(a) aluno(a) com deficiência física tem assistido as aulas teóricas na sala regular na escola?



Fonte: a autora

No contexto da questão 03 da amostra de gestores 80% respondeu que sim, que tem conhecimento de que o aluno com deficiência está dentro da escola e em sala de aula, embora tenha mais tempo na sala do AEE, e assim a inclusão escolar acontece. Já da amostra de gestores 10% acredita que passam pouco tempo em sala e 10% não opinou. Da amostra de professores entrevistados sobre a referida questão, 70% deles disse que sim, que estão incluídos e, ainda relataram sobre a dificuldade na realização de suas atividades adaptadas pedagógicas em sala com o aluno deficiente muitas vezes por falta do acompanhante e por ter a sala com um grande número de alunos. Apenas 10% disse não por não ter muito aprofundamento do assunto sobre inclusão com deficiente físico. Nesse sentido, 20% da amostra de professores entrevistados não quis opinar.

O(a) aluno(a) com deficiência tem assistido as aulas práticas na sala regular juntamente com todos os alunos da turma, inclusive com acompanhante quando necessário?

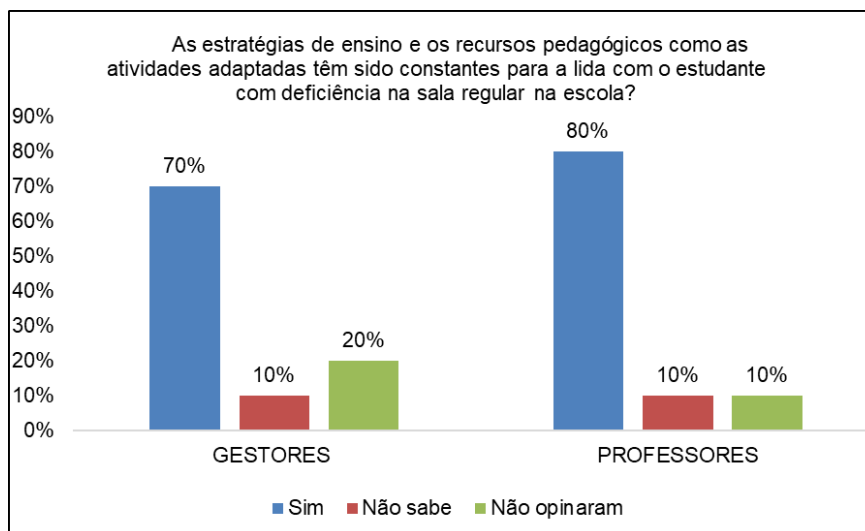


Fonte: a autora

A questão de 04 abordou sobre as dificuldades na aprendizagem do conteúdo e quais as medidas tomadas para reposição do conteúdo não consolidado. A maioria da amostra de gestores entrevistados (70%) respondeu que sim, que são assistidos, embora, a falta de acompanhante e falta mais formação continuada direcionada aos professores tem sido uma das dificuldades. Ainda, 10% afirmou que não e 20% não opinou. Da amostra de professores entrevistados sobre a referida questão, 70% disse que sim e não alegou falta de nada; 10% disse não. Em Mantoan (2015) sobre a referida questão tem-se a seguinte comunicação:

A Inclusão significa convidar aqueles que de alguma forma têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajam todas as pessoas a partir da completude de suas capacidades – como companheirismos e como membros. [...] uma oportunidade e um catalisador para a construção de um sistema democrático melhor e mais humano. (MANTOAN, 2015; p.137

As estratégias de ensino e os recursos pedagógicos como as atividades adaptadas têm sido constantes para a lida com o estudante com deficiência na sala regular na escola?



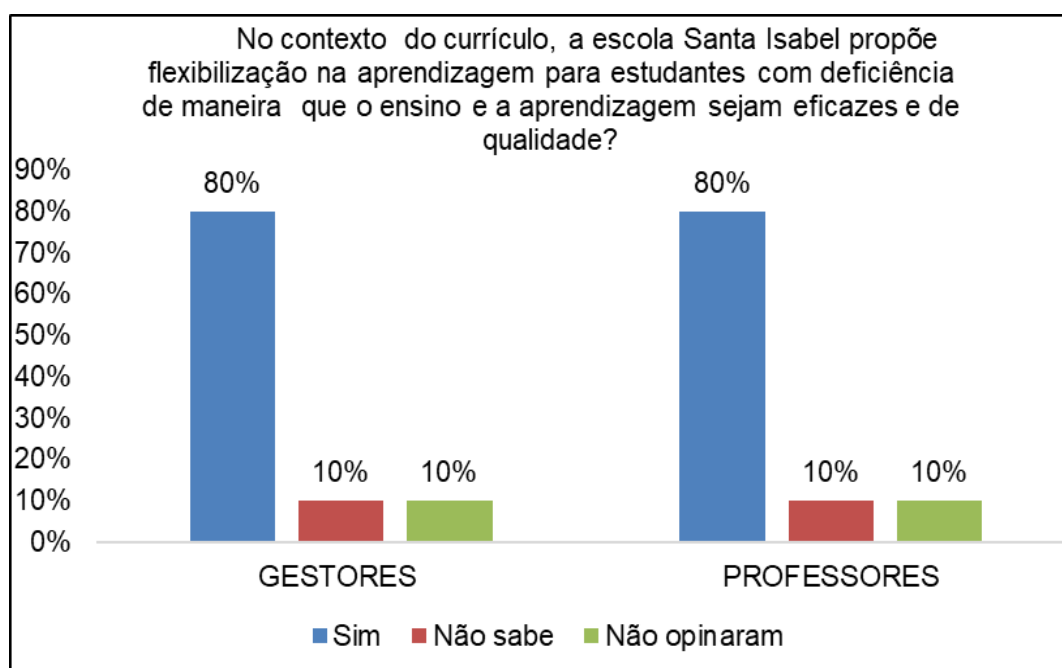
Fonte: a autora

No contexto da questão de 05, referente ao conteúdo explicado, se é de forma clara, objetiva e quais os métodos inclusivos são utilizados, a maioria da amostra dos gestores entrevistados (70%) respondeu que tais ações facilitam nos seu planejamento e orientações pedagógicas e acompanhamento do AEE, bem como atividades adaptadas relacionadas com a realidade do aluno e os conteúdos trabalhados; 20% dos gestores disse que somente às vezes, porque não consegue dar atenção devida ao estudante com deficiência por devido aos muitos a afazeres na escola. Em relação a referida questão, 80% da amostra de professores entrevistados respondeu que sim, ressaltando que, tanto de forma individual quanto de forma coletiva é proporcionado ao estudante em questão o acesso à conteúdos adaptados e desenvolvidos nas sala de aula regular, promovendo assim condições que favorecem ao ensino e à aprendizagem com o objetivo da superação de barreiras antes existentes. Ainda da mesma questão, 10% da amostra do rofessores entrevistados optou que não sabe e que muitas vezes não consegue dar uma atenção devida a todos e, 10% não opinou.

Nesse sentido, Brasil, 2015 comunica em seu art. 27, capítulo IV:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015a, p. 9).

No contexto do currículo, a escola Santa Isabel propõe flexibilização na aprendizagem para estudantes com deficiência de maneira que o ensino e a aprendizagem sejam eficazes e de qualidade?



Fonte: a autora

Em relação a questão de o6 que indaga acerca da proposta curricular da escola Santa Isabel propor flexibilização na aprendizagem para estudantes com deficiência tornado essa ação eficaz e de qualidade, 80% da amostra de gestores disse que sim, enfatizando que o currículo com seus planejamentos reflexivos nas aprendizagens escolares é fator determinante para a inclusão.

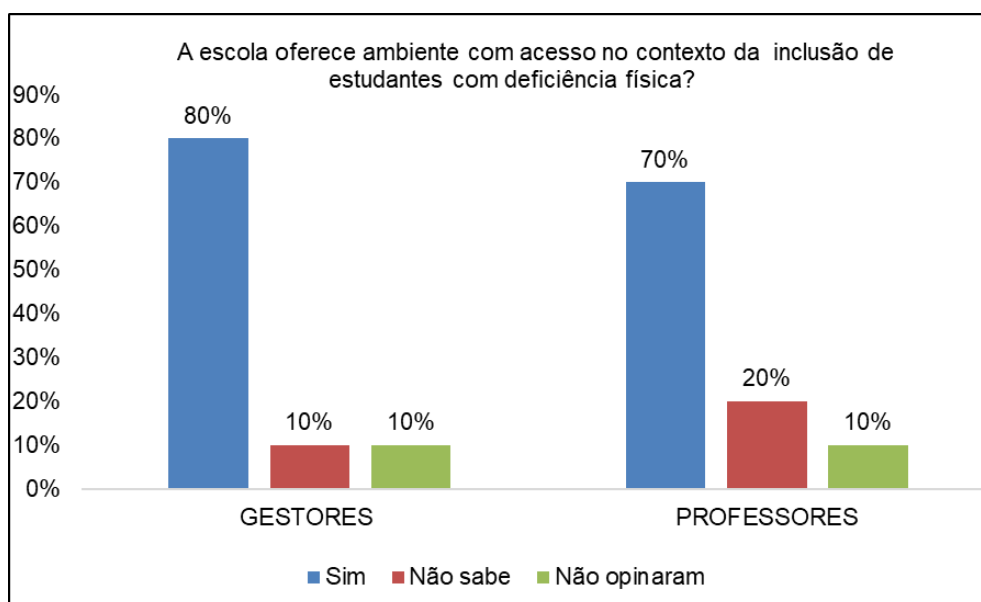
Também 80% da amostra dos professores entrevistados disse que sim, ressaltando que, para que o docente tenha um bom planejamento de suas ações é necessário, primeiramente, considerar o aluno e seus saberes. Já 10% disse não e 10% não opinou.

Foi inserido nesse contexto pelos entrevistados o comunicado de que em algum momento falta flexibilização no material mais adequado e que a falta de apoio de alguns professores nas atividades inclusivas em sala regular é algo que acontece na escola. O pesquisador Carvalho (2010) corrobora com a questão em pauta quando

afirma que o(a) aluno(a) com deficiência deve ter uma flexibilização como as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso. Dessa forma, o referido autor afirma que:

Na Educação inclusiva, deve ser considerada a flexibilidade com as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; [...] são os procedimentos de ensino a serem adotados; e [...] as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem (CARVALHO, 2010, p. 18-19).

**Gráfico 07** - A escola oferece ambiente com acesso no contexto da inclusão de estudantes com deficiência física?

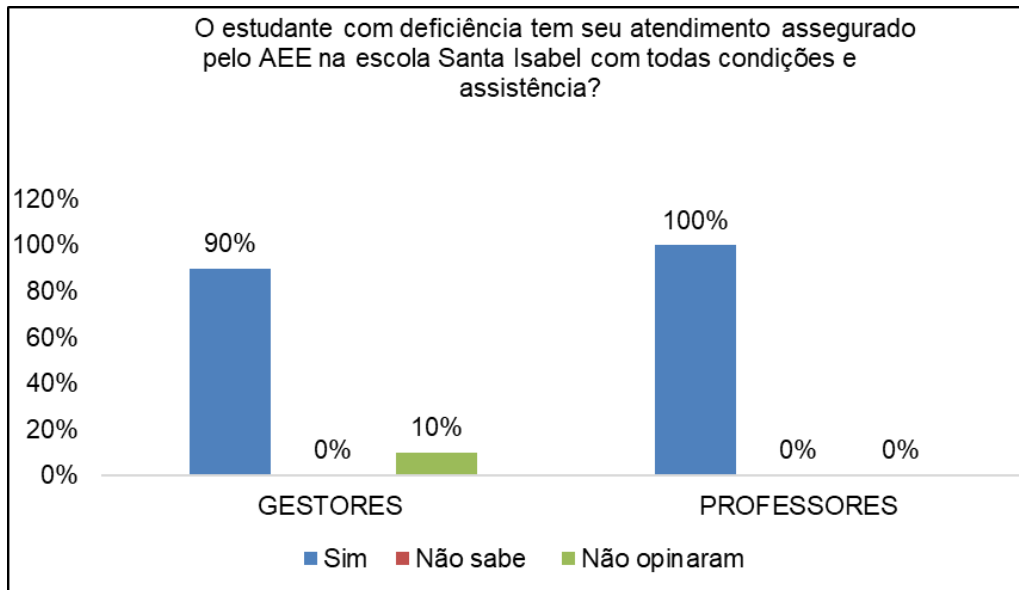


Fonte: a autora

Na questão 07 foi abordada a questão acerca da escola Santa Isabel estar preparada para receber o estudante com deficiência física no que se refere ao acesso e suas adaptações em espaços e ambientes. Sobre isso, 80% da amostra dos gestores entrevistados respondeu sim e apenas respondeu não 10%. Desta amostra, 10% não opinou. Já 70% da amostra de professores entrevistados optou pelo sim; 20% optou pelo não e 10% não opinou.

O estudante com deficiência tem seu atendimento assegurado pelo AEE na escola Santa Isabel com todas as condições e assistência?





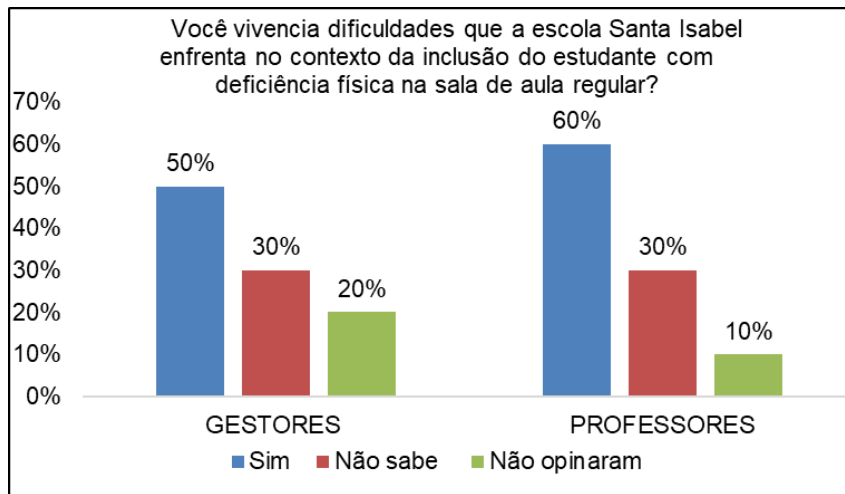
Fonte: a autora

Na questão de o8 foi abordado sobre se professores e pais costumam a acompanhar os deveres dos estudantes. Da amostra de gestores entrevistados, 90% optou pelo sim e 10% não opinou. Já 100% da amostra de professores entrevistados optou pelo sim, fato esse que comunica a importância do trabalho realizado no Atendimento Educacional Especializado - AEE na escola Santa Isabel em paralelo com as ações vividas no ensino regular de apoio aos professores e alunos.

A professora do AEE atua de modo a desenvolver competências que ajudem o aluno a ter autonomia intelectual e adaptativa como também ajuda aos professores nas atividades adaptadas dos conteúdos trabalhados. Nesse sentido, Brasil, 2010 p. 20 afirma que:

O AEE, para desenvolver o atendimento de qualidade é imprescindível que o professor conheça o aluno e suas particularidades (para além de sua condição cognitiva). Ele então atua de modo a desenvolver competências que ajudem o aluno a ter autonomia intelectual e adaptativa (de convívio na comunidade). O trabalho deve focar as competências deficitárias e o aperfeiçoamento de competências consideradas adequadas (BRASIL, 2010 p. 20).

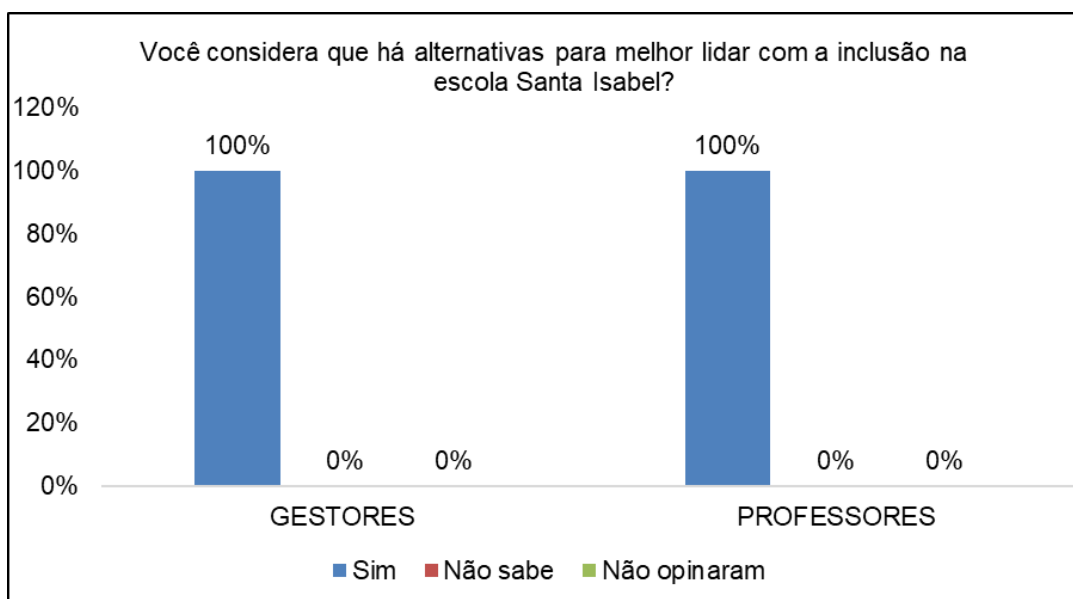
Você vivencia dificuldades que a escola Santa Isabel enfrenta no contexto da inclusão do estudante com deficiência física na sala de aula regular?



Fonte: a autora

De acordo com as opiniões dos entrevistados, 50% da amostra de gestores respondeu sim, vivencia dificuldades, mas está fazendo de tudo para que a escola seja de fato inclusiva. Apenas 30% não sente e 20% não opinou. Já da amostra de professores entrevistados, 60% disse que sente alguma dificuldade; 30% disse não. Embora as respostas em sua maioria tenham sido satisfatórias, muitas situações nas conversas informais foram contraditórias. No entanto foram unânimes ao dizer não se sentir preparados para lidar com estudante com deficiência.

Você considera que há alternativas para melhor lidar com a inclusão na escola Santa Isabel?



Fonte: a autora

Quanto à referida questão, 100% da amostra de gestores e 100% da amostra de professores afirmaram que sim, disponibilizando no presente trabalhos algumas sugestões acerca de solucionar alguns desafios que a escola Santa Isabel enfrenta no processo da inclusão. Os gestores e professores sugeriram as seguintes ações: Promover a integração e parceria entre família e escola, nas propostas pedagógicas da escola e assim, se envolvê-los no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos; Promover a Formação Continuada para todos os profissionais da escola para saber melhor lidar com todos numa escola inclusiva; Melhorar os espaços com matérias adaptados e adequados; Fomentar o reconhecimento da valorização dos profissionais que lidam com classes numerosas incluindo alunos com deficiência e Promover a criação de políticas públicas municipais de atenção e apoio, tais como acompanhante e materiais adequados ao deficiente cadeirante com mais acessos na inclusão ambiental, digital e social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento, cheio de reflexões e que precisa de ações concretas para o alcance de práticas eficientes, sendo, no entanto, inegável o avanço da educação inclusiva em prol de uma sociedade mais justa.

Deve-se reconhecer que para a educação inclusiva acontecer na prática de fato é necessário qualidade, eficiência e competência de todos os envolvidos na Educação com suas formações continuadas, bem como com uso de recursos e boa estrutura escolar via políticas públicas.

A educação inclusiva necessita do seu cumprimento, acordado com à qualidade que a legislação brasileira permite e oferece de acordo com a Constituição Federal (1988) Art. 205 (BRASIL, 1988).

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Quando se afirma que a educação é direito de todos, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independentes dos fatores físicos e psíquicos”.

A inclusão surge como uma alternativa à integração e meio de mitigar as barreiras que sustentam a exclusão nas escolas e, sob o enfoque da integração e de educação de qualidade nas classes comuns, ajudando a reconstruir as vozes das pessoas com deficiência no meio social. Discutir os desafios da escola contemporânea diante dos problemas e seus desafios de aprendizagem exige um olhar amplo e integrado. Portanto, um dos mais relevantes desafios da educação é garantir o acesso aos conteúdos básicos e os acessos, proporcionando a todos uma educação de qualidade.

Mais particularmente, de acordo com as opiniões e percepções coletadas na presente pesquisa na forma de estudo de caso, são desafios fundamentais da escola Santa Isabel:

— Promover a integração com parceria entre família e escola para que assim se possa obter melhores e maiores possibilidades de acerto quanto ao que fazer no convívio com o estudante com deficiência e, dessa forma, envolvê-lo com qualidade no processo de ensino-aprendizagem;

— Promover uma formação continuada para todos profissionais da escola objeto desse estudo para que aprendam a melhor lidar com todos no contexto de uma escola inclusiva;

— Melhorar os espaços com seus materiais adaptados e criar acessos adequados ao estudante com deficiência;

— Reconhecer e promover a valorização dos profissionais que lidam com classes numerosas que incluem alunos(as) com deficiência;

— Exigir a criação de melhores políticas públicas municipais de atenção e apoio ao contexto da inclusão nas escolas, tais como acompanhante e materiais adequados ao deficiente cadeirante, construindo mais acessos na inclusão ambiental, digital e social.

Finalmente, há o intuito de que o presente estudo auxilie outros trabalhos com a temática da inclusão na escola pública e que possa promover outras pertinentes discussões e reflexões como forma de incentivo aos muitos outros estudos que objetivam contribuir com uma melhor compreensão dos desafios da pessoa com deficiência, os desafios dos gestores, professores e outros atores da educação na escola que trabalha com inclusão. Também é importante inferir que o referido estudo será encaminhado à Secretaria da Educação da cidade Fortaleza e à Escola Municipal Santa Isabel para que tenham conhecimento do objetivo de contribuir significativamente

com outras pesquisas em escolas públicas municipais cujos contextos abordem problemas, desafios e soluções que necessitam ser incubados na elaboração e execução de políticas públicas voltadas à Educação Inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência.** 4.ed. Brasília, Corde, 2011.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, p.59-76, maio/ago. 2011.

BONETTI, D. A. **Considerações sobre o Código de Ética dos Assistentes Sociais.** In: BONETTI, D. A. ET al. (org.). **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.** Cortez, 13<sup>a</sup>. Ed. São Paulo, 2012, p.15-21.

BONDEZAN, A. N.; GOULART, A. M. P. L. O Atendimento Educacional Especializado: O que dizem as professoras das salas regulares? CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217, 2006.

BRASIL, BRASÍLIA. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, julho de 2015.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília DF. Senado 1988.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa Brasil. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARVALHO, M. **Primeiras Letras: Alfabetização de Jovens e Adultos em**

CUNHA, G. R. ; BORDINI, D.; CAETANO, S. C. **Autismo, transtornos do espectro do autismo.** In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de. Autismo, linguagem e cognição. MÓDOLO, Marcelo (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

CARVALHO, M. **Educacional Especial: aspectos legais**. In: FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P. e MANTOAN, M. T. E. Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas – São Paulo: **espaços populares** / Marlene Carvalho- 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LAPLANE, A. L. F.; CAIADO, K. R. M.; KASSAR, M. C. M. **As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 17, p. 40-55, 2016.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo **Perspec.** 14 (2) • Jun 2000 • <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**, 2017.

MUNHOZ, E. M. B.; SILVEIRA, M. S. ; LIMA, J. S. **Confecção de caixa entomológica como estratégia de mediação do conhecimento científico no ensino fundamental**. In: II Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, o III Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente(SIPD/ CÁTEDRA UNESCO) e o IX Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar - ENAEH, 2015, Curitiba, Anais, 2015.

PACHECO, J. A. **Para a noção de transformação curricular**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46 n. 159, p. 64-77, jan./mar. 2016.

PLETSCH, M. D. **A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010)**. In: Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, jan./abril, 2011, p.39-55

QUADROS, R. M. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Educação do IDEAU, v. 5, n.º 12, jul-dez 2010.